

GDF não muda política econômica, diz Valente

O secretário de Finanças do Distrito Federal, Fernando Tupinambá Valente, garantiu ontem que, há curto prazo, não será feita nenhuma alteração na linha econômica adotada pelo Governo do Distrito Federal, que vem tendo déficit em algumas de suas principais empresas, como a Companhia de Água e Esgotos (Caesb), Sociedade de Abastecimento de Brasília (Sab) e Transportes Coletivos de Brasília (TCB).

Ele descartou a idéia de que o governo possa dar lucro, ao ser lembrado que os maiores superávits das empresas indiretas ficaram com as fundações, Hospitalar e Educacional. "É preciso perceber que há uma diferença entre lucro e saldo", explicou Tupinambá, afirmando que as fundações tiveram saldo "possivelmente por não terem gasto a tempo os recursos de que dispunham".

Como exemplo ele citou a Fundação Hospitalar, que teve um saldo de Cr\$ 930 milhões, cujos recursos advêm de convênios, como o firmado com o Inamps, e de repasses do GDF. O que aconteceu com a Fundação neste caso, de acordo com o secretário, é que ela não investiu todos os recursos, e não que tenha tido lucro sobre os serviços que presta.

Por outro lado, isto não significa que a Fundação precise de menos recursos. "Este saldo será remanejado dentro do orçamento da própria fundação.

DÍVIDA INTERNA

A dívida interna, agora em Cr\$ 5,6 bilhões, será paga de forma escalonada e, segundo a Secretaria de Finanças, é uma dívida programada, que não pode ser considerada exatamente como uma despesa. "Ela foi contraída para realização de obras de infra-estrutura (a maioria com o Banco Nacional da Habitação), são operações de crédito para fazer frente às necessidades do Distrito Federal. Neste ano as operações de crédito deverão atingir a cifra de Cr\$ 1,7 bilhão, valor que pode crescer uma vez que a grande maioria destas operações é feita em dólares.

O déficit das empresas como Caesb, Sab, TCB e Shis, não implica exatamente na necessidade de uma revisão da política econômica. No caso da Caesb o secretário lembra que esta é uma empresa que trabalha dentro de um plano social, com tarifas de custo muito baixo, que não cobrem os investimentos. Ele garantiu, entretanto, que por enquanto não há nenhum estudo no sentido de aumentar o preço das tarifas de água. O déficit é gerado, então, a partir de empréstimos que a empresa realiza, para fazer frente às obras necessárias. "A Caesb não pode esperar que a tarifa aumente, para investir".

Toda empresa tem um certo grau de endividamento e no caso do Governo do Distrito Federal esse nível é francamente compatível com nossa capacidade de pagamento, garantiu Tupinambá, lembrando que o déficit de 17 milhões da Sab se deve à necessidade de obter recursos, como a Caesb, para intervir. Também a Sab, de acordo com o governo, trabalha num programa social de venda a custos menores, embora a Associação das Donas-de-Casa garanta poder provar que os preços dos supermercados subsidiados pelo GDF são mais altos que nos supermercados da rede particular. O déficit neste caso, explica Tupinambá, é razoável.

Estes números são relativos ao exercício de 1981, de acordo com o relatório do Tribunal de Contas do DF que aprovou por unanimidade as contas do Governo do Distrito Federal. Tupinambá afirma que não existe, até aqui, a intenção de mudar substancialmente a política adotada para estas empresas. "Os ajustamentos que deverão ser feitos são pequenos, apenas para coordenar com a filosofia do governo Ornellas". Esta filosofia, de acordo com o que é proclamado pelo Palácio do Buriti, é a de melhorar os serviços públicos, a começar pelos transportes, onde o governo desde 1976 vem enfrentando um saldo negativo que no ano passado chegou a Cr\$ 139 milhões.